

Sumário

Apresentação	XIII
1. Introdução	1
2. H.L.A. Hart – Da Textura Aberta do Direito ao Ponto de Vista Interno	7
2.1. O Giro Linguístico.....	7
2.2. H.L.A. Hart e “O Conceito de Direito”	13
2.3. Textura Aberta da Linguagem e do Direito.....	20
2.3.1. Os Eventos Traduzidos em Linguagem.....	21
2.3.2. A Textura Aberta do Direito	26
3. O Art. 926 do Código de Processo Civil e o Direito como Integridade	33
3.1. Há uma relação entre Dworkin e o art. 926 do CPC?.....	33
3.2. Do Positivismo de Hart ao Direito como Integridade	39
3.2.1. Um pequeno esboço do entendimento de Dworkin sobre o Direito	39
3.2.2. O Direito como Integridade – a construção teórica a partir da crítica de <i>Hart</i>	45
3.2.2.1. A aplicação judicial do Direito como Integridade: O romance em cadeia e o juiz Hércules.....	53
3.3. A Integridade no contexto do Artigo 926 do Código de Processo Civil.....	66
3.4 A Coerência	70
4. A Ascensão do Neoconstitucionalismo	77
4.1. Pós-positivismo ou Neoconstitucionalismo	77
4.2. As Características do Neoconstitucionalismo	81
4.2.1. Força Normativa da Constituição.....	81
4.2.2. Expansão da Jurisdição Constitucional.....	82

4.2.3. Nova Dogmática de Interpretação Constitucional	84
4.3. Crítica ao Neoconstitucionalismo.....	88
5. Stare Decisis ou Binding Precedents	95
5.1. Compreensão histórica	97
5.2. O funcionamento do stare decisis.....	106
5.2.1. Ratio decidendi e obiter dictum.....	106
5.2.2. Efeito Vinculante Horizontal e Vertical	116
5.3. Razões para se seguir Precedentes	125
5.3.1. Justificações Consequencialistas	126
5.3.2. Justificações Deontológicas	129
5.3.3. A Segurança Jurídica	135
5.3.4. Acesso à Justiça.....	140
6. Precedentes Judiciais na Justiça Eleitoral.....	145
6.1. A Justiça Eleitoral como locus de um Sistema de Precedentes Judiciais	145
6.1.1. Da aplicação subsidiária do CPC à Justiça Eleitoral.....	146
6.1.2. Da compatibilidade sistêmica dos artigos 926 e 927, do CPC, com a Justiça Eleitoral.....	152
6.2. A Temporariedade da Investidura na Jurisdição Eleitoral	158
6.3. Das decisões monocráticas e sua observância das decisões do Plenário do Tribunal Superior Eleitoral	168
6.4. Do artigo 16-A, da Lei nº 9.504/97, em desprestígio às decisões das Cortes Superiores	177
6.5. A questão da Justiça no Caso Concreto.....	183
6.5.1. A Justiça no Caso Concreto em competência originária.....	184
6.5.2. A Justiça no Caso Concreto em competência recursal.....	193
6.6. Mudanças de posicionamentos – A Cadeia de Romances.....	201
7. Conclusão	211
Referências Bibliográficas	221